

# Psicanálise fora dos quadradinhos: um exercício político

Laurie Laufer

**Laurie Laufer** é psicanalista, maîtresse de conférences, CRPM, Universidade Paris VII Denis-Diderot.

**Tradução** Rose Mary Soares Maurício

**Revisão** Eliana B. Pereira Leite e Renato Mezan

**Resumo** Diante do afluxo das injunções normativas sobre as condutas de vida, sobre os comportamentos normais ou anormais avaliados por baterias de questionários “tecnopsicológicos”, que desvios seguir para evitar ser capturado numa massificação dessubjetivante? O significante “psi” está atualmente, e sem dúvida de maneira urgente, clamando por novas reflexões: convém desconstruí-lo para evitar cair nas imposturas normativas. Questionar-se sobre as práxis, sobre os discursos, os campos e as práticas “psi” se impõe desde o político. A psicanálise – como método, teoria e prática – poderia se privar da sua própria reflexividade?

**Palavras-chave** historicismo; política; práxis; psicanálise; tecnopsicologia.

*Eu sou mais ou menos. Mais ou menos um homem, mais ou menos uma vida, que sonha com mais ou menos um mundo e com mais ou menos uma sociedade. É, aliás, o que se chama de uma civilização: uma busca do mais ou menos. E a partir do momento em que queremos ir além do mais ou menos, estamos no desumano. Além do mais ou menos, estamos na companhia de Hitler e de Stalin. A partir do momento em que vamos além do mais ou menos, caímos em tudo que é inimigo do homem. A única coisa que não é mais ou menos é a morte. [Romain Gary, Les Clowns lyriques]*

Romain Gary / Émile Ajar pouco se importou com as identidades e posturas de escritor. Ironizou as convenções esperadas de um homem de letras. Usando máscaras e figuras múltiplas, fez o mesmo com os códigos e as normas, e é sem dúvida por esta razão que alguns se sentiram incumbidos da função de desvelar o que era considerado pela doxa literária da época como “impostura”. Esse escritor de múltiplos pseudônimos<sup>2</sup>, debochando das exatidões, recusou ser relacionado a uma identidade estereotipada, fixa, sem ambiguidade. Por esta posição descentrada, e até excêntrica, ele se opunha ao que podemos considerar como a marca de uma certa modernidade: a confissão, a transparência e a categorização por “listas”. Romain Gary não pertencia a nenhum gênero literário definido, a partido algum. Seu espaço era “entre”. Não estava sob a tutela de um “ismo”. “É preciso encontrar algo que não seja *ista*”, diz Lila a Ludo em *Les Cerfs-Volants*<sup>3</sup>, é preciso encontrar algo que escape a toda redução discursiva: a exatidão, o quantificável, o

1 R. Gary, *Les clowns lyriques*, p.124.

2 Cf. L. Laufer, “L’éloge du masque ou de l’art de ru-ser avec la mort”, p. 38-53.

3 R. Gary, *Les cerfs-volants*, p.118.



*Gary, como muitos outros, não era um, mas múltiplo, plural – esse “singular plural” do qual fala Hannah Arendt, e que atualmente, a pretexto de autenticidade e de “falar a verdade”, se busca desmascarar, desmistificar*

enumerável e o atribuível e o controlável. Romain Gary não é classificável: em relação a ele, é impossível escolher as alternativas numa lista. Quando Gary/Ajar foi desmascarado desta parte do imaginário, desta ambiguidade, desta “impostura”, fugiu pelo suicídio, preferindo guardar sua máscara, a única identidade possível na era do número, do contável, da estatística<sup>4</sup> e da autenticidade imaginária. Gary, como muitos outros, não era um, mas múltiplo, plural – esse “singular plural” do qual fala Hannah Arendt, e que atualmente, a pretexto de autenticidade e de “falar a verdade”, se busca desmascarar, desmistificar. Sob o peso do número e da alternativa a assinalar, a poesia e o “mais ou menos” retiraram sua fala, o poeta se calou: “a única coisa que não é quase é a morte”.

Atualmente, na era dos discursos sobre a eficácia, a produtividade quantificada, o desempenho, o domínio de si e a autenticidade de um Eu coerente supostamente identificável, como resistir? É a chegada expressa do “homem quantitativo”, segundo a expressão de Jacques Alain-Miller; é a época da múltipla escolha. Frente ao afluxo das injunções normativas sobre as condutas de vida, sobre os comportamentos bons ou ruins, verdadeiros ou falsos, normais ou anormais, que caminhos alternativos seguir para evitar ser arastado numa massificação dessubjetivante e desidentificante? O obstáculo, a “rocha”, poderíamos dizer, é o do pensamento binário, do qual são emblemas paradigmáticos os x e os quadri-nhos. Este binarismo (saúde/doença, subjetividade/

social, privado/público, saber/ignorância, apto/inapto, válido/inválido) infiltrou o pensamento e a epistemologia modernos. O saber se inscreve no ou/ou, no nem/nem, tornando impossível qualquer pensamento dialético, criando modos de vida e de pensamento, que ora incluem ora excluem. Se não se está dentro, se está fora; se não se é a favor, se é contra. Sob o pretexto de “objetividade”, estas tecnopsicologias, segundo Robert Castel, têm efeitos no plano do desempenho: *fazem* aquilo que estruturam ao mesmo tempo que despolitizam e descontextualizam o dispositivo que as originou. Trata-se atualmente de desvelar, diagnosticar e tratar comportamentos ditos “de risco” (risco suicida, dependência toxicomaniaca, transtornos obsessivos, problemas de hiperatividade, fobia social... a lista, precisamente, seria longa). Como instrumentos de diagnóstico, questionários que avaliam e quantificam uma conduta – instrumentos cuja influência é crescente, e nos quais confiam muitos médicos e psicólogos.

Compreender como esta época do questionário de diagnóstico e de múltipla escolha, da estatística e da epidemiologia foi gradualmente engessando a fala singular deveria ser, hoje, o debate da práxis psicológica e analítica. Pois uma práxis não se reduz a um ato, ela contribui para transformar as relações sociais. A aplicação de um questionário, uma entrevista de psicoterapia ou uma sessão de análise não são apenas práticas cuja técnica seria conveniente conhecer, mas atos de transformação cuja genealogia e arqueologia seria necessário pensar. Uma práxis é um ato político. É neste sentido que Georges Canguilhem escreve:

É, portanto, de modo muito simples que a filosofia pergunta à psicologia: diz-me ao que tendes para que eu saiba o que és. Mas o filósofo pode também dirigir-se ao psicólogo sob a forma – sem consequências – de um conselho de orientação, e dizer: quando saímos da Sorbonne pela Rua Saint-Jacques, podemos subir ou descer. Se subimos, aproximamo-nos do Panthéon, que é o Conservatório de alguns grandes homens. Mas se descemos, com certeza nos dirigimos em direção à Secretaria de Polícia<sup>5</sup>.

A advertência de Georges Canguilhem ainda é atual, e talvez mais do que quando foi feita, na medida em que indaga não somente sobre as práticas, mas sobre o campo de aplicação dos psicólogos, dos psicoterapeutas, dos psiquiatras, dos psicanalistas – dos psicô, como diz Lacan em *Télévision*<sup>6</sup>. Questionar-se sobre as práxis – isto é, sobre os discursos, campos e práticas “psi” – tem a ver hoje com o político, no sentido que Foucault deu a este termo: uma relação entre saber e poder, uma tensão e uma movimentação entre uma produção discursiva e seus efeitos sociais. Todo poder produz sua prática discursiva e fabrica efeitos de saber que fortalecem as posições de poder. Nenhum saber é redutível a um poder – ele é o seu ímã: ambos se inscrevem no mesmo campo magnético. Um “psi” será um estudioso, um cientista, ou um delegado de polícia, um promotor? “O poder pode ter qualquer conteúdo, o que não pode ocorrer é que ele falhe”, escreve François Wahl<sup>7</sup>: é necessário então refletir sobre suas mutações e seus efeitos, suas funções e suas estratégias.

Compreender a quais questões de poder respondem as tabelas e os questionários de avaliação diagnóstica permite inscrevê-las em um contexto político e histórico, não nos deixar enganar. A “patrulha” das consciências, e até mesmo do inconsciente, não cessa de não cessar. Ela surge imaginariamente como necessária para aqueles que “sofrem”. Porque sofrer não é conforme a norma, uma norma que se considera “natural”. Tal como afirma Chantal Thomas:

4 Na Antiguidade, a atividade estatística consistia em realizar o censo das populações e dos recursos do Estado. As estatísticas são uma ciência de Estado.

5 G. Canguilhem, “Qu’est-ce que la psychologie”, p. 381.

6 J. Lacan, *Télévision*, p. 25.

7 F. Wahl, “Question de méthode”, p. 7.

8 Chantal Thomas, (2004), *Souffrir*, Paris, Rivage, petite bibliothèque, 2006, p. 25.

9 “Estas derivações provêm desta lógica do sanitariamente correto que faz da psicopatologia um ramo da higiene pública da qual a psiquiatria é originada” (R. Gori; M.-J. Del Volgo, *Exilés de l’intime*, p. 81).

10 C. Mayer; J. Cottrau (dir.), *Le Livre Noir de la Psychanalyse*; J.-A. Miller (dir.), *L’Anti Livre Noir de la Psychanalyse*.

compreender a quais questões de poder respondem as tabelas e os questionários de avaliação diagnóstica permite inscrevê-las em um contexto político e histórico, não nos deixar enganar

Ao reunir todas as forças para recusar [o sofrimento], ao autorizar somente a sofrer mesquinamente, é possível que, além de nos engajarmos em uma luta perdida antes de começar, nos enfraqueçamos – emotivamente, imaginariamente, sensualmente – e nos tornemos incapazes de descobertas vitais<sup>8</sup>.

Então, sofrer é tão politicamente ou “sanitariamente incorreto”, na expressão de Roland Gori e Marie-José Del Volgo<sup>9</sup>, que seria necessário (por meio de questionários, de conversas psicoterapêuticas, de diagnósticos psiquiátricos) reconhecer não somente o sofrimento, mas também de qual natureza ele é: timidez, lucidez, melancolia, agitação, hiperatividade? Estes métodos tendem a naturalizar os transtornos, e a enquadrá-los em categorias que deem um “gênero” ao sofrimento psíquico.

Mas como evitar a denúncia que tantas vezes contribui para fortalecer aquilo mesmo que se critica? Assinalar os enganos por vezes grotescos das técnicas de questionários, que confinam o indivíduo interrogado na esfera do “homem comportamental”, não convenceria nem os que há muito os acham ridículos, nem os que, praticando-os, estão convencidos de sua eficiência. O risco seria de perpetuar um outro binarismo: *O livro negro da psicanálise vs. O antilivro negro da psicanálise*<sup>10</sup>. Como apresentar hoje uma crítica eficaz diante do fluxo da tecnopsicologia? Para mim, uma etapa incontornável foi analisar o que contribuiu para esta





*todo horror da minha situação  
vem do fato de que eu sofro de lucidez.  
Não importa qual psiquiatra idiota  
lhe dirá que a lucidez é um sintoma  
particularmente frequente  
entre os grandes depressivos  
(Romain Gary)*

maré alta, como, cada um em seus domínios, fizeram Michel Foucault, Robert Castel, Pierre Bourdieu, Cornelius Castoriadis, e, mais recentemente, Roland Gori, Elisabeth Roudinesco, Jacques-Alain Miller, Eric Fassin e outros<sup>11</sup>. Os efeitos da biopolítica e do neoliberalismo foram decifrados com precisão por Michel Foucault. Ele analisou em especial este engano clínico que é apoiado por uma política da confissão e do confinamento autoatribuído. O *Homo oeconomicus*, como constituição do “homem-empresa”<sup>12</sup> de si, que ele coloca em perspectiva no seu seminário, fez e ainda faz pensar. Sem dúvida, seria necessário perceber nos dias atuais quais foram os pontos cegos da própria psicanálise, diante do ódio do qual ela foi e ainda é objeto.

A era do “marcar com x”

Certas práticas diagnósticas, às quais se recorre cada vez mais nas instituições hospitalares e clínicas, tentam operar diagnósticos da depressão através de questionários cujo dispositivo foi pensado, em particular, pelo DSM<sup>13</sup>. O lugar designado ao sujeito é o de marcar a alternativa, daquele que tem como escolha apenas um sim ou um não. Nesse caso não há exterioridade nem interioridade que se agreguem em um mesmo ponto. Consequentemente, se não há exterioridade, se constitui uma norma à qual devem corresponder de manei-

ra autodomesticada. O reinado do “marcar com x” do questionário estabelece respostas sob a forma de alternativas e listas. A questão, assim colocada, é discurso de norma e não princípio de Lei. Segundo aqueles que criaram esse dispositivo<sup>14</sup>, o resultado dessa abordagem só pode ser objetivo, uma vez que é “ateórico”.

Parece-me urgente insistir na necessidade de questionar essas práticas clínicas atuais. Esse dispositivo é político, e se a psicanálise – que vai certamente de encontro a essas abordagens comportamentais (as TCC, técnicas cognitivo-comportamentais) – se debruçasse ela mesma sobre seu dispositivo político, sem dúvida estaríamos menos em um terreno que finge apolitismo, mas que se torna uma pastoral de bom tom, um dogma normativo travestido de roupagens nobres de um discurso “fora do discurso”. Conforme diz Lacan, não há realidade pré-discursiva: toda realidade está ancorada em um certo discurso e capturada nas redes que articulam ao mesmo tempo movimentos identificatórios estruturais e efeitos de normas. Em outros termos, é possível pensar a articulação entre o sujeito do inconsciente e o sujeito político, em vez de excluí-los mutuamente?

Todo horror da minha situação vem do fato de que eu sofro de lucidez. Não importa qual psiquiatra idiota lhe dirá que a lucidez é um sintoma particularmente frequente entre os grandes depressivos (Romain Gary)<sup>15</sup>.

Como Romain Gary teria respondido às questões sobre a depressão propostas pelo *Mini International Neuropsychiatric Interview*?<sup>16</sup>

No decorrer do mês passado, você:

- c1. Pensou que seria melhor que você estivesse morto(a), ou teria desejado estar morto(a)  
 NÃO     SIM
- c2. Quis causar mal a você mesmo?  
 NÃO     SIM
- c3. Pensou em se suicidar?  
 NÃO     SIM
- c4. Estabeleceu a maneira pela qual você morreria?  
 NÃO     SIM

c5. Já fez alguma tentativa de suicídio?

NÃO  SIM

No decorrer de sua vida

c6. Você fez alguma tentativa de suicídio?

NÃO  SIM

Há pelo menos um sim acima?

Se sim, especificar o nível de risco suicida como abaixo:

Risco suicida atual:

Leve c1 ou c2 ou c6

Médio c3 ou (c2 + c6)

Alto c4 ou c5 ou (c3 + c6)

Essa abordagem provocaria risos se não fosse tão largamente difundida e utilizada como ferramenta diagnóstica em todos os tipos de instituições médicas, psicológicas e psicopedagógicas.

11 Cf. especialmente : M. Foucault , *Naissance de la biopolitique, Cours au collège de France 1978-1979, Le pouvoir psychiatrique, Cours au collège de France 1973-1974*; R. Castel, *Le psychanalyse; La gestion des risques*; C. Castoriadis, *La montée de l'insignifiance*; R. Gori e M.-J. Del Volgo, *La santé totalitaire*; E. Roudinesco, *Pourquoi la psychanalyse*.

12 O "homo oeconomicus que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção... É esta multiplicação da forma "empresa" que constitui, creio, o que está em jogo na política neoliberal. Trata-se de fazer mercado, concorrência e, conseqüentemente, a empresa, o que poderíamos denominar de poder informante da sociedade." (M. Foucault, *Naissance de la biopolitique*, p.152-154).

13 DSM: The Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders foi publicado pela Associação Americana de Psiquiatria em 1994. Trata-se da 4ª versão do DSM.

14 Refiro-me aqui à leitura de Giorgio Agamben, *Qu'est-ce qu'un dispositif*. O autor empresta o conceito de Foucault. Os dispositivos são esses "aparelhos" que surtem efeito não somente porque estão associados a todo um contexto técnico, mas também institucional, jurídico, regulamentar, de organização de saber, de discurso, policial ou militar. Os dispositivos de hoje não são portadores de subjetividade, mas de dessubjetivação. Segundo Agamben, os dispositivos tecnicizam e fragmentam as relações sociais. Os dispositivos se multiplicaram consideravelmente. Eles invadiram tanto cada instante da vida que fazem de seus consumidores puros agentes de uma economia e não mais atores políticos.

15 R. Gary; É. Ajar, *Pseudo*, p. 47.

16 Refiro-me aqui à leitura do conjunto do questionário *Mini International Neuropsychiatric Interview* (MINI). Ele contém várias rubricas que propõem uma avaliação para estabelecer um diagnóstico, os riscos de suicídio, a dependência do álcool, os distúrbios hiperativos etc. A rubrica sobre o suicídio é emblemática do dispositivo tautológico dessa abordagem. O MINI é apresentado em alguns sites na web.

17 Jacques- Alain Miller, "L'ère de l'homme sans qualities", p. 95.

18 Roland Barthes, *Leçon*, p. 14.

»  
a prática do questionário anula toda a singularidade, destitui o sujeito daquilo que ele tem de único. Ela obriga a dizer. Segundo Roland Barthes, o fascismo não é o impedimento de dizer: é a obrigação de dizer

cas. Vemos então que o risco suicida é avaliado quando se pergunta ao sujeito se há um risco suicida. Bela tautologia que alguns proclamam científica. Mas como se pode ler na apresentação que é feita dessa ferramenta no *web site*: "sua principal vantagem reside no fato de que ela é prática e que a duração da aplicação é mais curta". O clínico está então assegurado de uma boa rentabilidade do tempo da consulta. Ele permanece como o senhor da entrevista. Como escreve Jacques-Alain Miller:

Este domínio do gozo pelo saber é encarnado em todos os questionários de saúde mental. Trata-se apenas disso: dominar os transtornos, as emoções, a singularidade da experiência, por um pequeno aparelho de saber ultrarreduzido, e cujo produto é transformar as pessoas num homem sem qualidade, num homem quantitativo<sup>17</sup>.

A prática do questionário anula toda a singularidade, destitui o sujeito daquilo que ele tem de único. Ela obriga a dizer. Roland Barthes, em sua aula inaugural no Collège de France<sup>18</sup>, escrevia que "a língua é fascista": o fascismo não é o impedimento de dizer, é a obrigação de dizer. Este imperativo incorporado faz acreditar que nossa fala exprime nossa singularidade, enquanto ela é efeitos e traços de uma alienação e de um assujeitamento a discursos oficiais e instituídos. O sujeito incorpora uma fala que não é a sua, mas que paradoxalmente, e através, desses dispositivos avaliativos e diagnósticos, apenas o



*os métodos cognitivos tendem a operar um curto-circuito no tempo para compreender e a colocar um efeito como resposta a uma causa: “Você está triste porque está de luto”. Há uma correlação fixa e única das respostas à realidade exposta*

fazem pensar por mensagem inversa que se trata de sua própria fala. Essa servidão ao discurso do outro é a vitória dos “pequenos aparelhos de saber” vigentes: a verdadeira domesticação passa pela autodomesticação, pelo autoassujeitamento. Se houver resistência, será sempre no sentido da confirmação do poder vigente, segundo a análise de Jacques Alain Miller: “se ele rasga a folha, se não responde, estará na porcentagem dos refratários. Há, aqui, alguma coisa que não tem exterior”<sup>19</sup>.

O psicoterapeuta ordena ao sujeito exprimir um afeto, e pelo fato mesmo de responder, este último torna-se bom receptor desta mensagem. O questionário estabelece um equivalente entre a linguagem do sujeito e um sinal genérico. Marie-Claude Thomas, a propósito dos trabalhos de John Bowlby sobre o apego, destaca a cumplicidade entre o behaviorismo e a psicanálise:

Todos os métodos em etologia humana têm um ponto comum: o comportamento da criança como resposta aos estímulos de seu meio social e psíquico. Este par estímulo-resposta, forma típica do behaviorismo ou “teoria E-R” ao se diluir pouco a pouco em uma ‘concepção estímulo-resposta’, tornou-se uma referência epistemológica largamente difundida entre os psicanalistas [...].

Esse esquema se apoia em um postulado de base de tipo reflexo – ao estímulo *imagem-da-mãe* responde o *apego* segundo a tese inatista de Bowlby – e dará lugar a uma clássica montagem experimental.

Existem as seguintes variantes:

A. *As variantes do estímulo*: a) qual é o objeto da perda? O seio, a mãe, a imagem da mãe, seu amor? (debate com M. Klein, Winnicott, Fairbairn...); b) qual é a idade em que o estímulo é eficaz? Antes/após seis meses ou seria antes/após o complexo de Édipo (debate com René Spitz, Anna Freud, Karl Abraham...).

B. *As variantes da resposta*: a) Há um não luto na criança? Daí os estudos comparativos com as respostas observadas primeiramente entre as espécies animais, em segundo lugar entre as crianças de cultura primitiva, em terceiro entre os adultos em luto; b) *Há um tempo observável da reação?* Durante quantos dias, quantas semanas, quantos anos as crianças apresentam a reação do luto? etc.<sup>20</sup>

Os métodos cognitivos tendem a operar um curto-circuito no tempo para compreender e a colocar um efeito como resposta a uma causa: “Você está triste porque está de luto”. Há uma correlação fixa e única das respostas à realidade exposta. Ora, em uma linguagem, os sinais têm sentido apenas nas relações que mantêm entre si: no momento em que a fala é capturada num sistema de codificação estímulo/resposta ou causa/efeito, ela, a fala, não tem acesso ao seu valor significativo. Se a pessoa está triste, é talvez porque socialmente está estabelecido estar triste quando se está de luto, ou porque esta pessoa foi abandonada por seus pares, e a tristeza é o *après-coup* de uma situação que estaria naturalizada (é “natural” estar triste quando se está de luto).

Como pensar então que a aplicação de tal questionário não está ancorada em um ato social, em um dispositivo de fala que se baseia por si mesmo em uma relação de saber/poder? A posição de poder está aqui instalada pela intenção do entrevistador. A intenção gera a transação. O outro é imediatamente posto no lugar do *homo criminalis*, como afirma Foucault: ele já é suposto ser doente, louco, criminoso, anormal.

Do ato de linguagem ao ato político

O sujeito que fala é representado por uma cadeia significante que o posiciona entre dois significantes.

O sujeito que diz “eu” já é um efeito daquilo que diz. Assim, nesta articulação entre a enunciação e o enunciado, ele assume um lugar que o desaloja do que está dizendo. Falar é sempre “mais ou menos”: a fala do sujeito se situa em e por convenções sociais, identificações inconscientes, mimetismos de todas as ordens.

A linguagem é uma potência de agir<sup>21</sup>: é considerada como um ato que tem consequências. Uma das formas mais manifestas é a da performatividade: os atos de linguagem ilocutórios são atos que ao dizerem algo o fazem, os atos perlocutórios são atos que produzem certos efeitos. Esta análise dos efeitos da linguagem por John L. Austin<sup>22</sup> foi comentada por Judith Butler.

O sujeito de Austin fala segundo convenções, ou seja, fala com uma voz que não é jamais completamente singular. O sujeito invoca uma fórmula, e isto não implica que ele reflita sobre o caráter convencional do que diz. A dimensão ritual da convenção implica que o momento da enunciação é informado por momentos anteriores e também posteriores, que são ocultados pelo próprio momento. Quem fala quando uma convenção fala? Em qual momento a convenção fala? Em um sentido, a convenção é um conjunto de vozes herdado, é o eco de outras vozes que falam quando se diz “eu”<sup>23</sup>.

Qualquer dispositivo que evacue e oculte os efeitos convencionais dessa enunciação descontextualiza – e desse modo despolitiza – qualquer ato de fala. Este se torna então obrigação de dizer. Pelo seu sistema totalitário, o discurso do domínio tenta excluir o sujeito de sua própria fala, do saber sobre sua fala. Como o diz Lacan: “um verdadeiro senhor não deseja saber nada: deseja que a coisa funcione”<sup>24</sup>.

O dispositivo de interlocução é um ato político à medida que coloca dois sujeitos num ato

»  
o que acontece na aplicação  
de um questionário? Existe um ato  
de interpelação que designa  
ao sujeito um lugar que ele não tem,  
e quem o interpela age pela pergunta  
sobre o sujeito, que deve responder

de linguagem inscrito numa história. O sujeito é assujeitado à linguagem que enuncia, porque esta lhe escapa, mas o assujeitamento à posição do outro é de outra ordem: não permite ao sujeito estar ciente do seu próprio assujeitamento, ser o analisante dele. O assujeitamento desalienado é aquele que permite ao sujeito se dar conta de sua própria divisão, e, conseqüentemente, fazer a experiência da reflexividade.

O que acontece na aplicação de um questionário? Existe um ato de interpelação que designa ao sujeito um lugar que ele não tem, e quem o interpela age pela pergunta sobre o sujeito, que deve responder. Considerar unicamente o enunciado em um dispositivo clínico, isto é, exclusivamente desconectado do seu dispositivo de enunciação, é uma forma de denegação da relação de poder que se estabelece entre as pessoas presentes. O dispositivo permite pôr a si próprio em ato a partir de uma tática de intimidação e dominação. Esta é a performatividade deste equipamento: legitimar a si próprio.

Entre a ressonância trágica do sujeito que não pode se conceber sem alienação, sem assujeitamento à própria linguagem, que não pode escapar ao outro (“o que o Outro quer de mim?”), e o olhar crítico que torna necessária a desconstrução deste assujeitamento, o ato analítico pode encontrar um lugar? É no cruzamento deste trágico e desta crítica que uma política da subjetividade pode ser possível. Entre a lógica do “falaser” e o performativo dos dispositivos institucionais,

19 J.-A. Miller, “L’ère de l’homme sans qualités”, p. 91.

20 M.-C. Thomas, “À propos de John Bowlby”, p. 103.

21 Refiro-me aqui ao livro de J. Butler, *Le pouvoir des mots, politique du performatif*.

22 Ver J. L. Austin, *Quand dire c’est faire*.

23 J. Butler, *op. cit.*, p. 56.

24 J. Lacan, *L’envers de la psychanalyse*, p. 24.



*pode-se dizer, de um dispositivo discursivo que deixa como ponto cego as condições de sua aparição e de suas produções, que é “consistente”?*  
*As TCC funcionam como retorno de um recalcado não analisado*

a posição excêntrica da psicanálise, caso seja entendida nesta tensão, pode ter efeitos sobre a história do sujeito. História que é feita de identificações e de desidentificações, de fantasmas e de assujeitamento. “Eu” é configurado pelo outro antes que “eu” disponha de si mesmo. O agente do discurso enuncia uma verdade que o barra de si mesmo, e, no momento em que se dirige a alguém, os efeitos do seu discurso produzem outra coisa além do que ele espera, além do que é escutado. A prova de reflexividade consiste em ouvir as configurações que concorreram para essa “disposição”, em entrever as vias que fazem com que “eu” fale. O exercício deve ser entendido não como liberação de si, como mostra “o homem-empresa” que Foucault denuncia, mas como produção de si, transformação de si: em resumo, como historização. Neste sentido, a subjetivação é o próprio movimento que contribui para deslocar constantemente as linhas fixas e sedimentadas de uma identidade subjetiva, para desmontar pacientemente “a empresa de si”, para criar o instável no estável, o opaco no transparente, o artificial no suposto autêntico.

Um homem que “se sente bem” é ou um inconsciente ou um salafário. Ninguém está bem na sua pele sem estar também na do outro, e de qualquer forma isso deveria causar alguns problema, certo?<sup>25</sup>

Engajar-se nestas instabilidades, nestas questões abertas, é o desafio do exercício analítico hoje.

## O apolitismo da psicanálise?

Como método, teoria e prática, a psicanálise pode dispensar sua própria reflexividade? Se assim fosse, ela se exporia com toda a certeza ao que Robert Castel já denunciara em seu tempo, um “psicanalismo” totalitário e dogmático. De fato, o que é um dispositivo que não põe em perspectiva seu próprio modo de fabricação, suas próprias condições de aparição e de possibilidades? O que é um discurso que não se confronta com o que quis esquecer de si mesmo, ou excluir de si mesmo? O dispositivo de poder retornaria como um recalcado da psicanálise?

Na prática teórica da matemática, a *consistência* se define pela capacidade que tem seu discurso de determinar as regras de sua produção, isto é, de evitar a contradição entre seus enunciados. Pode-se dizer, de um dispositivo discursivo que deixa como ponto cego as condições de sua aparição e de suas produções, que é “consistente”? É nesta perspectiva que poderíamos dizer que as TCC não se opõem à psicanálise, e denunciá-las fortaleceria o deslizamento antropológico de onde elas se originaram. O silêncio da psicanálise sobre suas próprias condições de produção e sobre sua inscrição histórica permitiu sem dúvida a excrescência destas “tecnopsicologias”. As TCC são subordinadas, historicamente e epistemologicamente, à psicanálise (Freud notara bem que a exportação da psicanálise para os Estados Unidos iria triturá-la na egopsicologia americana), e funcionam como retorno de um recalcado não analisado: uma certa relação com o saber e com o poder. Tudo acontece como se a psicanálise pós-freudiana tivesse sido levada pelo que Foucault chama de “apagamento antropológico”<sup>26</sup>, o apagamento das condições de possibilidade históricas e políticas de sua práxis. A psicanálise, como método e como prática, deu lugar ao surgimento de uma prática de psicologia biográfica e individual, essencializando e naturalizando os comportamentos ditos de risco ou associativos. O freudismo pós-Freud foi conduzido de volta à psicologia “individual” pelos novos paradigmas





a posição do analista está neste jogo de desaparecimento, de contingência, de possibilidade de apagamento – que não é uma prescrição comportamental, mas uma posição ética e crítica sobre sua própria posição.

No que diz respeito à análise desses dispositivos e desses discursos, me parece que a teoria da concepção do DSM<sup>31</sup> responde à posição apolítica da psicanálise. Como diz Cristophe Lane<sup>32</sup>, “o DSM III deveria ser ateórico: em outros termos, o DSM deveria se contentar em enumerar os sintomas de cada doença para exibir seu agnosticismo em relação às causas prováveis”. O autor cita Robert Spitzer, psiquiatra que está na origem da revisão do manual: “não quero entrar no debate etiológico, *sou totalmente neutro*”<sup>33</sup>. Os procedimentos técnicos dos *experts* se apresentam como neutros, não ideológicos, portanto como não discutíveis. Assim se constrói o discurso do senhor, não discutível, porque fechado sobre e por um saber. Por este motivo, tal “neutralidade” torna a prática “neutralizante”, como escreve Robert Castel:

Em situação dual, o contrato constitutivo da relação analítica impõe suas convenções invalidando o sistema das forças sociais no qual a psicanálise se inscreve. Mas ele o reproduz em seu dispositivo. A neutralidade analítica é neutralização daquilo que, socialmente e politicamente, não é nunca neutro. É por isso que ela é neutralizante<sup>34</sup>.

As supostas teoria e neutralidade do DSM remetem então aos supostos apolitismo e neutralidade da psicanálise. O teorismo psiquiátrico e o apolitismo psicanalítico andam, paradoxalmente, no *mesmo caminho* imaginário e idealizado da sua própria produção de saber. Os fundamentos epistemológicos do teorismo e do apolitismo

são a frente e o verso de uma mesma posição idealizada e naturalizante de “neutralidade”.

A história produz seus próprios resíduos, suas próprias aporias, suas próprias moléculas inassimiláveis; ela cria o variável, cria o construível, e portanto o destrutível. Seria pertinente, hoje em dia, voltar àquilo que a psicanálise construiu, não para a destruir, mas para alimentá-la com a história da qual ela se originou e da qual é herdeira. Fazer de um saber uma evidência o expõe à sua fixidez, à sua “fixão” imaginária. Tudo se passa como se o psiquiatra utilizando o DSM e o psicanalista utilizando “o ouro”<sup>35</sup> do dispositivo se excluíssem do discurso e do dispositivo que utilizam. Esse sobrepeso participa, sem sombra de dúvida, do discurso do senhor.

\* \* \*

Essa repolitização esperada da práxis analítica requer também um exercício de desidealização simultânea do seu próprio lugar e da própria teoria. É nesse sentido que Lacan, no Seminário sobre *A Transferência*, na parte intitulada “O analista e seu luto”<sup>36</sup>, pode afirmar:

A propósito de quem quer que seja você pode fazer a experiência de saber até onde ousará ir interrogando um ser, com o risco de você mesmo desaparecer.

A posição do analista está neste jogo de desaparecimento, de contingência, de possibilidade de apagamento – que não é uma prescrição comportamental, mas uma posição ética e crítica sobre sua própria posição.

Trata-se daquilo que está no centro da resposta que o analista deve dar para satisfazer o poder da transferência. Essa posição, eu a distingo dizendo que, no próprio lugar que é o seu, o analista deve se abster de todo ideal do analista [...] De diversas maneiras e sob diversas rubricas, pode-se muito bem formular a propósito do analista qualquer coisa que seja da ordem do ideal. Há qualificações do analista e isto já é o suficiente para constituir um núcleo dessa ordem. O analista não

deve ser totalmente ignorante de um certo número de coisas, certamente. Mas isso não é de forma alguma o que entra em jogo na posição essencial. É verdade que aqui se abre a ambiguidade da palavra *saber*<sup>37</sup>.

A psicanálise como prática e discurso deveria poder ser “pariasitária”, segundo a expressão de Jean Allouch<sup>38</sup>. Sustentar-se sobre um ponto de fuga, obscurecendo e parasitando os discursos oficiais e instituídos, e não se deixando levar por ideais discursivos que sirvam seja a que causa for, ainda que nobres. A posição indesignável do pária (dentro / fora) é estar à margem daquilo que o constitui e de não ser ingênuo quanto a isso. É a posição de “sem casta”, tal como indica a etimologia:

Pária: substantivo masculino emprestado do português pária – em tAMIL, *parayan*<sup>39</sup>, propriamente “tocador de tambor”. A palavra tomou o sentido de “pessoa pertencente à última casta” provavelmente por uma confusão dos europeus com uma outra palavra tAMIL, *pullyar*. Pensou-se também numa evolução interna do sentido de *parayan*: o tocador de tambor é considerado um impuro porque acompanhava os mortos nos corte-

jos fúnebres. Mas os sem casta praticavam em geral outras profissões ligadas à sujeira<sup>40</sup>.

Tocador de tambor, saltimbanco que acompanha os cortejos fúnebres – essa figura do excluído, do intocável, do indesignável põe em xeque as convenções e as normas vigentes, tenta desfazer os discursos estabelecidos para não se assujeitar a eles, mas não ignora aquilo que mantém esse discurso. Em suma, o que sustenta o pária, este sem casta, é a ironia sobre o seu saber.

»  
em suma,  
o que sustenta o pária,  
este sem casta, é a ironia  
sobre o seu saber

31 Para uma análise minuciosa das implicações epistemológicas e políticas do DSM, ver a terceira parte do livro de R. Gori e M.-J. Del Volgo, *Exilés de l'intime*, op. cit., “De la psychopathologie à la santé mentale” (p. 215-272), assim como o livro de Christopher Lane *Comment la psychiatrie et l'industrie pharmaceutique ont médicalisé nos émotions*.

32 Christopher Lane, op. cit., p. 90.

33 Ver o artigo de E. Roudinesco, na edição do *Le Monde* de 6 mar. 2009, que comenta o livro de C. Lane.

34 R. Castel, *Le psychanalisme*, op. cit., p. 40-41.

35 A autora se refere à comparação feita por Freud, em “Os caminhos da terapia psicanalítica” (1919), da psicanálise com o ouro e da psicoterapia com o bronze [nota dos revisores].

36 J. Lacan, *Le transfert*, p. 451.

37 J. Lacan, *Le transfert*, p. 452.

38 J. Allouch, “Cet innommable qui ainsi se présente”, p. 98. [N.T. : Mantivemos o neologismo, que alude à situação de pária e parasita].

39 Língua falada principalmente na Índia [N.T.].

40 A. Rey, *Dictionnaire historique de la langue française*.

## Referências bibliográficas

- Agamben G. (2007). *Qu'est-ce qu'un dispositif*. Rivages Poche, Petite Bibliothèque.
- Allouch J. (2003). Cet innommable qui ainsi se présente. *Queer: repenser les identités*, Revue Descartes, 40.
- Austin J. L. (1962/1970). *Quand dire c'est faire*. Trad. fr. Paris: Le Seuil.
- Barthes R. (1977/1978). *Leçon*. Paris: Seuil.
- Butler J. (1997/2004). *Le pouvoir des mots, politique du performatif*. Trad. fr. Paris: Éditions Amsterdam.
- Canguilhem G. (1958/2002). Qu'est-ce que la psychologie. *Études d'histoire et de philosophie des sciences concernant les vivants et la vie*. Paris: Vrin. p. 365-381.
- Castel R. (1973). *Le psychanalyste*. Paris: Maspéro.
- Castel R. (1981). *La gestion des risques*. Paris: Éditions de Minuit.
- Castoriadis C. (1996). *La montée de l'insignifiance*. Paris: Seuil.
- De Certeau M. (1987). *Histoire et psychanalyse*. Paris: Gallimard.
- Foucault M. (2003). *Le pouvoir psychiatrique. Cours au collège de France 1973-1974*. Paris: Gallimard, Seuil.
- Foucault M. (2004). *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France 1978-1979*. Paris: Gallimard, Seuil.
- Freud S. (1921/1981). *Psychanalyse des foules et analyse du Moi. Essais de psychanalyse*. Petite bibliothèque Payot. Trad. fr. p. 119-217.
- Gary R. (1974/1999). *La nuit sera calme*. Paris: Gallimard.
- Gary R. (1979/1999). *Les clowns lyriques*. Paris: Gallimard.
- Gary R. (1980/2004) *Les cerfs-volants*. Paris: Gallimard.
- Gary R.; Ajar É. (1976/2004). *Pseudo*. Paris: Mercure de France.
- Gori R.; Del Volgo M.-J. (2005). *La santé totalitaire*. Paris: Denoël.
- Gori R.; Del Volgo M.-J. (2008). *Exilés de l'intime*. Paris: Denoël.
- Lacan J. (1960-61/2001). *Le transfert, Livre VIII*. Paris: Seuil.
- Lacan J. (1964/1991). *Lenvers de la psychanalyse (Livre xvii)*. Paris: Seuil.
- Lacan J. (1974). *Télévision*. Paris: Seuil.
- Lane C. (2007/2009). *Comment la psychiatrie et l'industrie pharmaceutique ont médicalisé nos émotions*. Trad. fr. Paris: Flammarion.
- Laufer L. (2005). L'éloge du masque ou de l'art de ruser avec la mort. In Audi P. (org.). *Les Cahiers de L'Herne* [dedicado a Romais Gary], p. 38-53.
- Mayer C.; Cottrau J. (dir) (2005). *Le Livre Noir de la Psychanalyse*. Paris: Les Arènes.
- Miller J.-A. (2004). L'ère de l'homme sans qualités. *Politique Psy, La Cause freudienne*, 57, p. 73-97.
- Miller J.-A. (dir.) (2006). *L'Anti Livre Noir de la Psychanalyse*. Paris: Seuil.
- Rey A. (1998). *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Robert.
- Roudinesco E. (1999). *Pourquoi la psychanalyse*. Paris: Fayard.
- Thomas M.-C. (1995). À propos de John Bowlby. *Deuil d'enfant, Littoral Hors Série*. Paris: EPEL.
- Thomas C. (2004/2006). *Souffrir*. Paris: Rivage. Petite Bibliothèque.
- Wahl F. (2004). Question de méthode. *La célibataire* (Le pouvoir chez Lacan et Foucault), 9.

## Psychoanalysis outside the squares: a political exercise

**Abstract** This paper criticizes the apparent non-political character of the questionnaire-technique proposed by DSM – and other cognitive-oriented tendencies. It shows that this “neutrality” masks a series of assumptions and postures of a very pernicious character.

**Keywords** historicism; politics; praxis; technopsychology; Psychoanalysis

**Recebido em:** agosto/2011.

**Aprovado em:** novembro/2011.